do reitor, equiparado a chefe de divisão, cargo criado por despacho do reitor da Universidade de Lisboa de 29 de Abril de 1992 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 118, de 22 de Maio de 1992, o licenciado Pedro Alexandre dos Santos Simão, especialista de informática, grau 3, nível 1, do quadro de pessoal não docente da reitoria da Universidade.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2006.

5 de Junho de 2006. — O Reitor, *António Sampaio da Nóvoa*.

Despacho n.º 14 022/2006

Na sequência do despacho de 8 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 27 de Junho de 2005, e de acordo com o citado no seu anexo, no n.º 6, referente ao Gabinete de Avaliação, Referência e Acreditação (GARA), nomeio coordenadora do referido Gabinete a Doutora Maria Beatriz Gomes Bettencourt.

8 de Junho de 2006. — O Reitor, *António Sampaio da Nóvoa*.

Faculdade de Ciências

Despacho n.º 14 023/2006

Por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa de 22 de Dezembro de 2005, foi renovada a designação de serviço, por um período de dois anos, coordenadora do projecto informático de administração de sistemas integrados de informação, das áreas financeira e de recursos humanos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, alínea a), 2, 3, alínea a), 4 e 5, todos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, com efeitos a partir de 28 de Fevereiro de 2006, da licenciada Rute João da Silva Xavier, especialista de informática do grau 2, nível 1.

9 de Junho 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno Manuel de Carvalho Ferreira Guimarães*.

Despacho n.º 14 024/2006

Por despacho do reitor da Universidade de Lisboa de 31 de Maio de 2006, foi celebrado contrato administrativo de provimento, precedendo concurso, para o exercício de funções de professor auxiliar em regime de substituição, escalão 1, índice 195, além do quadro de pessoal docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com efeitos a partir de 3 de Maio de 2006, com o Doutor José Élio da Silva Sucena. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Junho de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno Manuel de Carvalho Ferreira Guimarães*.

Despacho n.º 14 025/2006

Por despacho do reitor da Universidade de Lisboa de 14 de Junho de 2006:

Carla Alexandra Romero Rodrigues foi admitida, precedendo de concurso, assistente administrativa, de nomeação provisória, escalão 1, índice 199, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com efeitos à data da aceitação do lugar.

Maria Manuela Martins Lucas Perdígão foi admitida, precedendo concurso, assistente administrativa, de nomeação provisória, escalão 1, índice 199, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com efeitos à data da aceitação do lugar.

Sandra Maria Frade Marçal foi admitida, precedendo concurso, assistente administrativa, de nomeação provisória, escalão 1, índice 199, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com efeitos à data da aceitação do lugar.

Andreia Costa Lemos Pinto Rezende foi admitida, precedendo concurso, assistente administrativa, de nomeação provisória, escalão 1, índice 199, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com efeitos à data da aceitação do lugar.

Ana Lúcia Martins Goulão foi admitida, precedendo concurso, assistente administrativa, de nomeação provisória, escalão 1, índice 199, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com efeitos à data da aceitação do lugar.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Junho 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno Manuel de Carvalho Ferreira Guimarães*.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Despacho (extracto) n.º 14 026/2006

Por despacho do director do Instituto de Higiene e Medicina Tropical de 5 de Junho de 2006, proferido por delegação de competências [despacho n.º 18 513/2005, (2.ª série)] de 25 de Agosto de 2005, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País a Paulo de Lys Girou Martins Ferrinho, professor associado convidado, com agregação deste Instituto, nos dias 6 e 7 de Maio de 2006, no dia 15 de Maio de 2006 e no período de 22 a 27 de Maio de 2006.

6 de Junho de 2006. — A Secretária Executiva, *Maria José Freitas*.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Deliberação n.º 899/2006

Por deliberação da secção permanente do senado em sua reunião de 12 de Abril de 2006, foi aprovado o seguinte regulamento de celebração de contratos individuais de trabalho de pessoal não docente desta Universidade:

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

1 — O presente regulamento estabelece o conjunto de regras gerais a aplicar à contratação de pessoal não docente contratado em regime de contrato individual de trabalho regulado pelo Código do Trabalho, bem como os princípios a que deve obedecer o respectivo recrutamento e selecção.

2 — Em tudo o que não estiver expressamente regulado no presente normativo, é aplicável o Código do Trabalho e legislação complementar.

Artigo 2.º

Âmbito

O presente regulamento aplica-se à Universidade do Porto, adiante designada simplesmente por UP, e abrange:

- Pessoal em regime de contrato individual de trabalho;
- Pessoal com contrato a termo certo ou incerto no regime previsto no Código do Trabalho;
- Pessoal em comissão de serviço no regime previsto no Código do Trabalho.

Artigo 3.º

Gestão dos quadros de pessoal

1 — No exercício do poder de superintendência, os quadros de pessoal são aprovados pelo órgão competente, sob proposta do reitor, nos termos constantes dos estatutos da UP.

2 — Os quadros de pessoal não docente serão parcialmente afectados a situações de contrato individual de trabalho.

3 — A afectação parcial prevista no número anterior será organizada em mapa, de acordo com a estrutura constante do anexo I do presente regulamento, devendo as dotações respeitar os quantitativos globais do quadro de pessoal existente.

4 — O preenchimento dos lugares do quadro e as contratações individuais que vierem a ser celebradas terão igualmente em conta os termos e as condições que vierem a ser fixados no despacho ministerial relativo a unidades ETI de pessoal não docente, decorrentes da lei de bases do financiamento do ensino superior.

Artigo 4.º

Contratos de trabalho

Os contratos individuais de trabalho celebrados pela UP estão sujeitos à forma escrita, em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos outorgantes, deles devendo constar os seguintes elementos:

- Nome e domicílio ou sede dos outorgantes;
- Natureza do contrato;
- Actividade contratada e retribuição do trabalhador;
- Local e período normal de trabalho;

- e) Data de início de actividade;
- f) Indicação do processo de selecção utilizado;
- g) Identificação da entidade que autorizou a contratação.

Artigo 5.º

Modalidades contratuais

As entidades contratantes adoptarão as modalidades contratuais adequadas às necessidades específicas de trabalho que visam suprir e obedecerão ao preceituado no Código do Trabalho, nomeadamente quanto a condição e termo, comissão de serviço e período experimental.

Artigo 6.º

Mobilidade

A UP pode afectar ocasionalmente a outra entidade os trabalhadores com contrato individual de trabalho vinculados ao quadro, nos termos e condições regulados pelos artigos 322.º a 329.º do Código do Trabalho.

Artigo 7.º

Crítérios de contratação

A contratação de pessoal rege-se-á por critérios objectivos, com subordinação aos seguintes princípios gerais:

- a) Adequado cumprimento de um programa anual de recursos humanos, tendo em atenção o disposto nos Estatutos da UP em matéria de gestão de pessoal.
- b) Definição prévia do perfil de cada cargo a preencher e do processo de recrutamento e selecção adequado a cada caso.

Artigo 8.º

Seleção e recrutamento

1 — A celebração de contratos de trabalho será precedida de um processo de selecção que obedeça aos seguintes princípios:

- a) Publicitação da oferta de emprego;
- b) Garantia de igualdade de condições e oportunidades;
- c) Decisão de contratação fundamentada em critérios objectivos de selecção.

2 — A oferta de emprego será publicitada por aviso publicado em jornal de circulação nacional, dele devendo constar o serviço a que se destina, a actividade a prestar pelo trabalhador, os requisitos de admissão gerais e especiais e a retribuição mensal a auferir.

Artigo 9.º

Requisitos

1 — Os requisitos gerais exigidos para o recrutamento dizem respeito às habilitações literárias e profissionais.

2 — Poderão ser fixados também requisitos especiais relacionados com a especificidade das funções a desempenhar e o perfil requerido para o exercício de determinados cargos.

Artigo 10.º

Métodos de selecção

1 — Os métodos de selecção a utilizar serão previamente definidos pelo órgão com competência para contratar, com respeito pelos princípios gerais enunciados.

2 — Quando a especificidade do trabalho a desempenhar o aconselhe, poderá ser fixado um método de selecção destinado a avaliar o «perfil psicológico» e a «especial aptidão para o exercício de funções».

3 — A aplicação dos métodos de selecção previamente definidos será efectuada por uma comissão nomeada para o efeito pelo órgão com competência para contratar ou entregue a empresa especializada em recrutamento e selecção de pessoal.

4 — Concluído o processo de selecção e fundamentada a escolha, será(ão) publicitado(s) o(s) nome(s) do(s) candidato(s) escolhido(s).

Artigo 11.º

Recrutamento excepcional

1 — Sem prejuízo do respeito pelos princípios gerais acima enunciados, e tendo em conta as características especiais das funções a desempenhar, o recrutamento pode, desde que devidamente fundamentado, efectuar-se por escolha directa baseada no mérito do *curriculum vitae* do candidato a contratar e na sua experiência profissional.

2 — A escolha a que se refere o número anterior caberá a uma comissão nomeada para o efeito pelo reitor, sob proposta do dirigente máximo da unidade orgânica que promove o recrutamento.

Artigo 12.º

Deveres da entidade empregadora

Para além da obrigação geral de colaborar na promoção humana, profissional e social do trabalhador, a entidade empregadora está sujeita aos deveres consagrados no artigo 120.º do Código do Trabalho.

Artigo 13.º

Deveres gerais do trabalhador

O trabalhador, para além do dever geral de colaborar na sua promoção humana, profissional e social e na obtenção da maior produtividade, está sujeito às obrigações impostas pelo artigo 121.º do Código do Trabalho e, em especial, aos deveres inerentes ao exercício de funções ao serviço do interesse público, nomeadamente em matéria de incompatibilidades e acumulações.

Artigo 14.º

Prestação de trabalho

As condições de prestação de trabalho, nomeadamente o horário a praticar, serão definidas de harmonia com os condicionalismos legais aplicáveis, sem prejuízo das especificidades exigidas pela natureza do trabalho a desenvolver.

Artigo 15.º

Progressão profissional

A progressão profissional é orientada de acordo com critérios de equidade interna, atentos os objectivos globais das entidades empregadoras e a participação dos trabalhadores através do seu desempenho individual e colectivo na prossecução desses objectivos.

Artigo 16.º

Funções

1 — O pessoal contratado é enquadrado profissionalmente em categorias, nos termos do anexo I ao presente regulamento.

2 — O trabalhador deve, em princípio, desempenhar as funções para que foi contratado, compreendendo estas também funções afins e funcionalmente ligadas para as quais o trabalhador detenha qualificação profissional adequada.

3 — Ao pessoal contratado são aplicáveis as normas que regulam a mobilidade funcional, nos termos e condições previstas no Código do Trabalho.

Artigo 17.º

Retribuição e suplementos

1 — A retribuição devida ao pessoal abrangido pelo presente regulamento tem como referência a remuneração mensal auferida para idêntico conteúdo funcional e responsabilidade pelo pessoal com vínculo à função pública e consta do anexo II.

2 — Poderão ainda ser atribuídas retribuições acessórias, sob a forma de prémios, de acordo com critérios a definir e, exclusivamente, no âmbito das disponibilidades financeiras próprias da entidade empregadora.

3 — Aos assessores, consultores, auditores, técnicos superiores e técnicos que, sob proposta da entidade que superintende no serviço e após nomeação pelo órgão de gestão competente, exerçam funções de coordenação poderá ser atribuída uma gratificação calculada com base numa percentagem sobre o índice 400 da função pública, a definir pelo reitor.

4 — O montante da gratificação pelo exercício de funções de coordenação não pode ultrapassar o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 388/90, de 10 de Dezembro, nem a remuneração total pode exceder 80% do vencimento de chefe de divisão.

5 — Por despacho do reitor, sob proposta da entidade que os propôs ou por iniciativa dos próprios, os coordenadores podem, a todo o tempo, cessar o exercício dessas funções.

Artigo 18.º

Avaliação de desempenho

O pessoal contratado sem termo, bem como o que esteja contratado a termo por períodos superiores a seis meses, está sujeito a avaliação de desempenho para os efeitos e nos termos da legislação em vigor sobre a matéria.

TÍTULO II

Disposições especiais

Artigo 19.º

Pluralidade de empregadores

1 — As universidades podem celebrar contratos de trabalho em que o trabalhador se obriga a prestar actividade a mais de uma entidade empregadora quando existam estruturas organizativas comuns e ou serviços partilhados que impliquem a prestação de trabalho subordinado a mais de uma entidade.

2 — Dos contratos assim celebrados, por escrito, deverão constar para além dos dados constantes do artigo 5.º os seguintes elementos:

- a) Identificação de todos os empregadores;
- b) Identificação do empregador que representa os demais no cumprimento dos deveres e no exercício dos direitos emergentes do contrato de trabalho.

3 — Os empregadores beneficiários são solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações emergentes da celebração do contrato de trabalho celebrado nos termos dos números anteriores cujo credor seja o trabalhador.

4 — Cessando a verificação do pressuposto referido no n.º 1 do presente artigo, o trabalhador fica unicamente vinculado ao empregador que representa os demais, salvo se do contrato constar acordo diferente.

Artigo 20.º

Recrutamento de trabalhadores vinculados à função pública

1 — Atendendo à especificidade das funções a desempenhar, podem ser contratados mediante contrato individual de trabalho funcionários do quadro geral ou agentes vinculados por contrato administrativo de provimento, uma vez cessado ou suspenso, por licença sem vencimento, o respectivo vínculo à função pública.

2 — Nos contratos a que se refere o número anterior, considera-se cumprida a observância dos princípios gerais em matéria de recrutamento e selecção aquando do respectivo ingresso na função pública, pelo que o recrutamento será efectuado, por escolha, em função do mérito.

Artigo 21.º

Período normal de trabalho

O período normal de trabalho não pode exceder oito horas por dia nem quarenta horas por semana.

Artigo 22.º

Regime especial de adaptabilidade

1 — A entidade empregadora e os trabalhadores podem, mediante acordo e sem prejuízo do preceituado no Código do Trabalho sobre a matéria, definir o período normal de trabalho em termos médios, observado o disposto nos números seguintes.

2 — O acordo a que se refere o número anterior pode ser obtido mediante proposta dirigida pela entidade empregadora aos trabalhadores, presumindo-se a sua aceitação pelos trabalhadores que, no prazo de 21 dias a contar a partir do respectivo conhecimento, incluindo os períodos a que se referem os n.ºs 2 e 3 do artigo 173.º do Código de Trabalho, não se oponham por escrito.

3 — O período normal de trabalho diário pode ser aumentado até ao máximo de duas horas sem que a duração do trabalho semanal exceda cinquenta horas, não se contando para este limite o trabalho suplementar prestado por motivo de força maior.

4 — Nas semanas em que a duração do trabalho seja inferior a quarenta horas, a redução diária não pode ser superior a duas horas, podendo, no entanto, as partes acordar na redução da semana de

trabalho em dias ou meios dias, sem prejuízo do direito ao subsídio de refeição.

5 — O regime previsto nos números anteriores mantém-se até ao termo do período de referência em execução à data da entrada em vigor de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho que incida sobre a matéria.

6 — Será ainda observado o disposto no Código do Trabalho sobre os períodos de referência.

Artigo 23.º

Horário de trabalho

1 — Os horários de trabalho são definidos pela entidade empregadora, podendo ser alterados unilateralmente por esta, observados os condicionalismos legais e desde que não tenham sido objecto de acordo prévio.

2 — A entidade empregadora poderá fixar quaisquer tipos de horários previstos no Código do Trabalho.

TÍTULO III

Disposições finais e transitórias

Artigo 24.º

Pessoal actualmente contratado a termo certo

1 — O pessoal não docente que à data da entrada em vigor do presente regulamento esteja contratado a termo certo há mais de seis meses e cujas funções visem satisfazer necessidades entretanto reconhecidas como permanentes, por despacho do dirigente máximo da entidade empregadora pode, de imediato, ser contratado por tempo indeterminado, sem sujeição às normas de recrutamento e selecção previstas no presente regulamento, ingressando em lugar constante do quadro anexo de pessoal não docente.

2 — A contratação nos termos do número anterior depende, ainda, de informação favorável do superior hierárquico do contratado no que respeita à qualidade do serviço prestado, homologada pelo dirigente máximo da entidade empregadora.

3 — Ao pessoal que à data da entrada em vigor do presente regulamento esteja contratado a termo certo há menos de seis meses é aplicável o disposto nos números anteriores, uma vez cumprido aquele prazo e desde que preenchidos os demais requisitos para o efeito.

Artigo 25.º

Actuais prestadores de serviços

1 — Os profissionais que à data da entrada em vigor do presente regulamento se encontrem contratados em regime de prestação de serviços de forma continuada e ininterrupta há mais de um ano em áreas cuja natureza pressupõe ligação funcional, regular e presencial aos serviços contratantes, ainda que sem sujeição formal à hierarquia, à disciplina e ao horário de trabalho destes, e quando o trabalho desenvolvido vise satisfazer necessidades entretanto reconhecidas como permanentes, podem ser contratados nos termos do n.º 1 do artigo anterior.

2 — A contratação a que se refere o número anterior será precedida de parecer favorável emitido por uma comissão nomeada para o efeito pelo reitor, sobre proposta, devidamente fundamentada, do responsável máximo do serviço ou do organismo com o qual o profissional em causa mantém ligação funcional.

Artigo 26.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*.

26 de Abril de 2006. — O Reitor, *J. Novais Barbosa*.

ANEXO I

Quadro com as categorias e o respectivo conteúdo funcional — Estrutura do quadro

Categorias profissionais		Conteúdos funcionais genéricos	Requisitos mínimos
Assessores, consultores e auditores.	Grau 4 Grau 3 Grau 2 Grau 1	Funções de investigação, concepção, consultoria, apoio e suporte no planeamento, na organização, na execução e no controlo de acções de auditoria ou de elevado nível de especialização técnica.	Licenciatura.

Categorias profissionais		Conteúdos funcionais genéricos	Requisitos mínimos
Técnico superior	Grau 4 Grau 3 Grau 2 Grau 1	Funções de investigação, estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos de âmbito geral ou especializado executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior, requerendo uma especialização e formação básica do nível de licenciatura.	Licenciatura.
Técnico	Grau 4 Grau 3 Grau 2 Grau 1	Funções de natureza executiva de aplicação técnica com base no conhecimento ou adaptação de métodos e processos enquadrados em directivas bem definidas, exigindo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de um curso técnico-profissional.	Curso técnico-profissional ou bacharelato.
Técnico administrativo	Grau 3 Grau 2 Grau 1	Funções de natureza executiva enquadradas em instruções gerais e procedimentos bem definidos, com certo grau de complexidade, relativas a uma ou mais áreas de actividade administrativa, designadamente contabilidade, pessoal, economato e património, secretaria, arquivo, expediente e processamento de texto.	11.º ano.
Operário	Grau 3 Grau 2 Grau 1	Funções de natureza executiva de complexidade variável, enquadradas em directivas gerais superiormente fixadas, que, para além de requererem uma especialização na profissão, apelam ao domínio de alguns fundamentos de ordem tecnológica, nomeadamente tecnologias de materiais.	Escolaridade mínima obrigatória.
Motorista	Grau 2 Grau 1	Funções de natureza mecânica no âmbito da condução de viaturas pesadas e no âmbito de viaturas ligeiras.	Escolaridade mínima obrigatória e carta de condução.
Auxiliar	Grau 2 Grau 1	Funções de natureza executiva simples e diversificadas, totalmente determinadas, implicando predominantemente esforço físico e exigindo conhecimentos de ordem prática susceptíveis de serem apreendidos no próprio local de trabalho num curto período de tempo.	Escolaridade mínima obrigatória.

ANEXO II

A — Tabela com os níveis remuneratórios

Nível	Vencimento	
	Euros	Escudos
6	385,90	77 365
7	441,03	88 418
8	463,56	92 936
9	470,92	94 411
10	478,28	95 886
11	489,31	98 099
12	504,03	101 049
13	522,43	104 737
14	537,14	107 687
15	555,54	111 375
16	570,25	114 326
17	588,65	118 014
18	607,04	121 701
19	625,44	125 389
20	643,83	129 077
21	665,91	133 503
22	669,59	134 240
23	676,95	135 716
24	687,98	137 928
25	695,34	139 403
26	706,38	141 616
27	713,74	143 091
28	724,77	145 304
29	732,13	146 779
30	743,17	148 992
31	750,53	150 467
32	761,56	152 680
33	768,92	154 155
34	787,32	157 843
35	802,03	160 793
36	816,75	163 744
37	838,82	168 169

Nível	Vencimento	
	Euros	Escudos
38	857,22	171 857
39	875,62	175 545
40	897,69	179 971
41	901,37	180 708
42	916,08	183 659
43	934,48	187 346
44	952,88	191 034
45	971,27	194 722
46	989,67	198 410
47	1 008,06	202 098
48	1 030,14	206 524
49	1 048,53	210 212
50	1 066,93	213 900
51	1 085,32	217 587
52	1 103,72	221 275
53	1 122,11	224 963
54	1 144,19	229 389
55	1 162,58	233 077
56	1 180,98	236 765
57	1 199,37	240 453
58	1 221,45	244 878
59	1 232,48	247 091
60	1 239,84	248 566
61	1 250,88	250 779
62	1 269,27	254 467
63	1 287,67	258 155
64	1 306,06	261 843
65	1 324,46	265 530
66	1 342,86	269 218
67	1 361,25	272 906
68	1 379,65	276 594
69	1 398,04	280 282
70	1 416,44	283 970
71	1 434,83	287 658
72	1 453,23	291 346
73	1 471,62	295 034

Nível	Vencimento	
	Euros	Escudos
74	1 490,02	298 722
75	1 508,41	302 410
76	1 526,81	306 098
77	1 545,20	309 785
78	1 563,60	313 473
79	1 581,99	317 161
80	1 600,39	320 849
81	1 618,78	324 537
82	1 637,18	328 225
83	1 655,58	331 913
84	1 673,97	335 601
85	1 692,37	339 289
86	1 710,76	342 977
87	1 729,16	346 665
88	1 747,55	350 353
89	1 765,95	354 041
90	1 784,34	357 728
91	1 802,74	361 416
92	1 821,13	365 104
93	1 839,53	368 792
94	1 857,92	372 480
95	1 876,32	376 168
96	1 894,71	379 856
97	1 913,11	383 544
98	1 931,50	387 232
99	1 949,90	390 920
100	1 968,29	394 608
101	1 986,69	398 296
102	2 005,09	401 984
103	2 023,48	405 671
104	2 041,88	409 359
105	2 060,27	413 047
106	2 078,67	416 735
107	2 097,06	420 423
108	2 115,46	424 111
109	2 133,85	427 799
110	2 152,25	431 487
111	2 170,64	435 175
112	2 189,04	438 863
113	2 207,43	442 551
114	2 225,83	446 239
115	2 244,22	449 927
116	2 262,62	453 614
117	2 281,01	457 302
118	2 299,41	460 990
119	2 317,81	464 678
120	2 336,20	468 366
121	2 354,60	472 054
122	2 372,99	475 742
123	2 391,39	479 430
124	2 409,78	483 118
125	2 428,18	486 806
126	2 446,57	490 494
127	2 464,97	494 182
128	2 483,36	497 870
129	2 501,76	501 557
130	2 520,15	505 245
131	2 538,55	508 933
132	2 556,94	512 621
133	2 575,34	516 309
134	2 593,73	519 997
135	2 612,13	523 685
136	2 630,53	527 373
137	2 648,92	531 061
138	2 667,32	534 749
139	2 685,71	538 437
140	2 704,11	542 125
141	2 722,50	545 813
142	2 740,90	549 500
143	2 759,29	553 188
144	2 777,69	556 876
145	2 796,08	560 564
146	2 814,48	564 252
147	2 832,87	567 940
148	2 851,27	571 628
149	2 869,66	575 316
150	2 888,06	579 004
151	2 906,45	582 692

B — Tabela de níveis remuneratórios por categoria/grau profissional

Categorias profissionais		Níveis			
		1	2	3	4
Assessores, consultores e auditores.	Grau 4	130	137	144	151
	Grau 3	108	115	122	129
	Grau 2	86	93	100	107
	Grau 1	64	71	78	85
Técnico superior	Grau 4	97	102	107	
	Grau 3	86	91	96	
	Grau 2	75	80	85	
	Grau 1	64	69	74	
Técnico	Grau 4	59	65	72	
	Grau 3	46	52	58	
	Grau 2	33	39	45	
	Grau 1	20	26	32	
Técnico administrativo	Grau 3	56	62	68	74
	Grau 2	38	44	50	55
	Grau 1	20	26	32	37
Operário	Grau 3	37	42	47	52
	Grau 2	22	26	31	36
	Grau 1	7	12	17	21
Motorista	Grau 2	22	26	30	35
	Grau 1	8	12	17	21
Auxiliar	Grau 2	18	22	26	30
	Grau 1	6	12	17	

INSTITUTO SUPERIOR DE ESPINHO

Despacho n.º 14 027/2006

Na sequência do despacho de 28 de Abril de 2006 do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, através do qual se procedeu ao registo dos estatutos do Instituto Superior de Espinho, a entidade instituidora, Sociedade Promotora de Estabelecimentos de Ensino, L.^{da}, decide fazer publicar em anexo os referidos estatutos, nos termos do artigo 72.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

23 de Maio de 2006. — O Presidente, *Joaquim Valdemar Martins*.

Estatutos

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

1 — O Instituto Superior de Espinho (ISESP) é um estabelecimento de ensino superior politécnico não integrado, reconhecido de interesse público pelo Decreto-Lei n.º 89/99, de 19 de Março.

2 — A Sociedade Promotora de Estabelecimentos de Ensino, L.^{da}, é a entidade instituidora do ISESP, sendo titular das autorizações de funcionamento dos cursos e proprietária de todos os móveis, imóveis e equipamento.

Artigo 2.º

Para a realização das suas actividades, o ISESP dispõe de um património que lhe é afectado pela entidade instituidora, que garante as condições financeiras necessárias ao seu funcionamento.

Artigo 3.º

O ISESP rege-se pela legislação aplicável ao ensino superior particular e cooperativo, pelos presentes estatutos, pelo regulamento interno e pela demais regulamentação aprovada pelos órgãos competentes.